



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13295 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

PESQUISAS SOBRE POLÍTICAS DE/PARA/NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MEMÓRIA BIBLIOGRÁFICA E BASE EPISTEMOLÓGICA

João Marcelo dos Santos Pereira - FAE - Faculdade de Educação da UFMG

PESQUISAS SOBRE POLÍTICAS DE/PARA/NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MEMÓRIA BIBLIOGRÁFICA E BASE EPISTEMOLÓGICA

## Resumo

O presente trabalho analisou os autores e textos mais citados nas pesquisas sobre políticas de/para/na Educação Infantil. Para tal, utilizamos a base de dados de Soares (2023), parcialmente publicada e que atualmente conta com 4.316 pesquisas no campo dos estudos da infância. No presente trabalho mapeamos e descrevemos os modelos analíticos presentes nos textos dos autores mais citados na memória bibliográfica utilizada entre os anos de 2006 e 2016; apontamos possíveis contribuições dos textos e autores analisados a partir do Enfoque das Epistemologias da Política Educacional (EEPE), proposto por Mainardes (2018); bem como do Posicionamento Ativista Transformador (PAT), proposto por Stetsenko (2021). Como resultado desse trabalho, ficam apontados possíveis lacunas nos textos examinados no que se refere ao nível de consistência, de coerência, às matrizes paradigmáticas, às opções éticas, ontológicas e gnosiológicas da produção analisada, que constituem base e referência para os pesquisadores das políticas de/para/na Educação Infantil.

**Palavras-chave:** Políticas; Educação Infantil; Epistemologias; Memória bibliográfica; Stephen Ball.

## Introdução

Considerando que a área das pesquisas sobre políticas de/para/na Educação Infantil está em contínua construção, indagamos: quais os fundamentos epistemológicos das pesquisas sobre políticas de/para/na Educação Infantil? O presente trabalho sobre pesquisas em políticas de/para/na Educação Infantil é de natureza teórica e bibliográfica e objetivou analisar autores e textos mais citados nos estudos do campo. Para tal, projetamos um olhar analítico sobre a base epistemológica a partir da base de dados, assim como a memória bibliográfica das pesquisas em políticas de/para/na Educação Infantil entre os anos de 2006 e 2016.

Construímos uma base de dados através de um processo que se iniciou com a busca das palavras-chave: “bebê”, “criança”, “infância”, “creche”, “pré-escola” e “Educação Infantil”. Para chegarmos ao objetivo geral, analisamos a base de dados e a memória bibliográfica destas pesquisas que se encontram dentro do referido recorte temporal, mapeamos e descrevemos os modelos analíticos presentes nos textos dos autores mais citados na memória bibliográfica utilizada e apontamos possíveis contribuições dos textos e autores analisados a partir do enfoque das epistemologias da política educacional.

## **Metodologia**

Para o desenvolvimento da pesquisa, adotamos a seguinte metodologia: identificamos autores e textos mais citados na base de dados e na memória bibliográfica das pesquisas; realizamos uma leitura extensiva dos textos dos autores mais citados, assim como a leitura intensiva dos textos mais mencionados; verificamos os textos para indicação dos modelos analíticos propostos e analisamos as contribuições de autores e textos a partir do EEPE. Através das palavras-chave “bebê”, “criança”, “infância”, “creche”, “pré-escola” e “Educação Infantil”, selecionamos e listamos, a partir de 1.697 trabalhos catalogados, todas as referências bibliográficas utilizadas pelos pesquisadores do campo entre os anos de 2006 e 2016 em dissertações e teses disponíveis on-line na base de dados da Capes; em trabalhos de todos os grupos de Trabalho (não apenas do GT 07 que estuda criança de zero a seis anos) apresentados nas reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) acessíveis on-line; e em artigos de doze revistas acadêmicas da área de educação, classificadas como *Qualis A1*, que divulgam pesquisas, reflexões e discussões da área. Localizamos todas as referências, identificamos e salvamos todas as dissertações e teses, todos os trabalhos da Anped e artigos. Como foi dito, chegamos a um total de 1.697 textos selecionados e arquivados, com um total de 48.108 referências citadas pelos pesquisadores que estudam criança, infância e Educação Infantil.

Esse trabalho se beneficia do conceito de política sugerido por Ball (2016), Barroso (2006) e Gomes (2017), dos conceitos de sociedade civil e Estado de Gramsci (2000),

Jacomini (2020) e do conceito de poder de Foucault (1979), a partir de uma teorização combinada (Mc LENAN, 1996). Apontamos possíveis contribuições dos textos e autores analisados a partir do enfoque das epistemologias da política educacional (EEPE) proposto por Mainardes (2018), bem como do Posicionamento ativista transformador (PAT), proposto por Stetsenko (2021).

### **Análise e discussão de resultados**

Ao analisarmos os 16 textos mais citados sobre políticas de/para/na Educação Infantil, tivemos a impressão, em relação à maior parte da produção, de que as pessoas não foram incluídas no processo que envolve a dinâmica da elaboração e materialização das políticas, na condição de protagonistas. Ou as pessoas ‘implementam’ as políticas ou são por elas impactados de alguma forma. Os textos analisados foram: Barroso (2005), *O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas* (artigo); Mainardes (2006), *Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise* (artigo); Shiroma, Evangelista e Moraes (2006), *Política educacional* (Livro); Rizzini (2011), *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância* (Livro); Castro e França (2012), *Política educacional: contextos e perspectivas* (Livro); Kramer (1995), *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce* (Livro); Rosemberg (2002), *Organizações multilaterais, estado e políticas de Educação Infantil* (artigo); Rosseti-Ferreira, Ramon e Silva (2002), *Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento* (artigo); Faria (2005), *Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia* (artigo); Corsino e Nunes (2010), *Políticas universalistas e residualistas: os desafios da Educação Infantil* (artigo); Campos (1994), *Educar e Cuidar: Questões sobre o perfil do profissional de Educação Infantil* (artigo); Kishimoto (1999), *Política e formação profissional para Educação Infantil: pedagogia e normal superior* (artigo); Barreto (2003), *A Educação Infantil no contexto das políticas públicas* (artigo); Oliveira (2005), *A legislação e as políticas nacionais para a Educação Infantil* (Capítulo de livro); Freitas (2007), *A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada* (artigo); Dourado (2009), *Uma política de Estado para a carreira na Educação Básica* (artigo).

Observamos que Irene Rizzini (2011), Sônia Kramer (1995), Rosemberg (2002), Barroso (2005) e Mainardes (2006), explicitaram em seus respectivos textos, seus valores pessoais e os compromissos políticos como analistas críticos de políticas. Sobre essa questão, concordamos com Paulo Freire quando ele afirmou que: “minha prática exige de mim uma definição de onde estou” (FREIRE, 1998 *apud* Stetsenko, 2021, p. 21). Os aspectos ético-ontoepestemológicos contemplados nos princípios da abordagem do ‘posicionamento ativista transformador’, sustentada por Stetsenko (2021), foram assim encontrados em especial nos textos de Rizzini (2011), Kramer (1995), Rosemberg (2002), Barroso (2005) e Mainardes (2006). Os autores em sua maioria, não deixaram explícito o conceito de política com o qual

operaram, bem como sua perspectiva, posicionamento e enfoque epistemológico. Embora estivesse implícito, o conceito de política utilizado pela maioria dos autores nos respectivos textos, observamos que alguns autores explicitaram o conceito de política com o qual operaram, como Barroso (2005), com o conceito de regulação, relacionado ao conceito de implementação, que pressupõe uma concepção estadocêntrica e vertical de poder e Mainardes (2006), com o conceito Ballniano de política.

O conceito de política utilizado por Gomes (2017) não encontramos entre os textos analisados, bem como o conceito de ‘atuação’ de Ball, a única exceção no *corpus* bibliográfico estudado é o texto de Mainardes (2006), em relação ao conceito de ‘atuação’ de Ball. Em outras palavras, a perspectiva, o posicionamento e o método empregado pela maioria dos autores (as) estão apropriados como um processo de regulação. Em relação à concepção de Estado, não observamos nos textos de forma explícita a definição de ‘Estado’ e ‘sociedade civil’ com o qual os (as) autores (as) operaram. Os conceitos de ‘poder’, ‘verdade’, ‘subjetividade’ também não foram explicitados pelos autores em seus respectivos textos.

Outro aspecto que também observamos na produção acadêmica que examinamos na presente dissertação está relacionado à transformação no papel do Estado e os possíveis impactos nas pesquisas sobre políticas de/para/na Educação Infantil. As transformações no papel do Estado foram contempladas em quatro capítulos do livro de Castro e França (2012), no texto de Rosemberg (2002) e no texto de Mainardes (2006), de forma explícita. Nos demais textos, não percebemos abordagens que considerassem às alterações no papel do Estado.

### **Considerações finais**

Consideramos que o ato de explicitar conceitos, abordagens e paradigmas, assim como métodos e questões relativas a valores pessoais e princípios políticos, contribui para o esforço árduo de mantermos a vigilância epistemológica necessária para que o campo da Infância e da Educação Infantil possa continuar superando as dificuldades relativas à sua contínua expansão e crescimento. Em relação às pesquisas sobre políticas de/para/na Educação Infantil, acreditamos que o avanço do conhecimento poderia acontecer de forma mais orgânica e fluída se nos esforçarmos mais como pesquisadores no sentido de explicitarmos o conceito de política com o qual estão operando, bem como o conceito de Estado e de sociedade civil.

Acreditamos que, além de conseguirmos elevar o nível de coerência epistemológica de nossas pesquisas e assim contribuirmos para o avanço do conhecimento do campo, ao explicitarmos nossos próprios valores, princípios, conceitos e matrizes paradigmáticas com as quais operamos, estaremos em alguma medida lembrando para nós mesmos qual o nosso lugar em um mundo plural, complexo, permeado por relações de poder.

**Referências:**

- BALL, S. J. Educação global S. A. **Novas redes política e o imaginário neoliberal**. Ponta Grossa, Editora UEPG: 2014.
- BALL, S. Reformar escolas/ reformar professores e os terrores da performatividade, **Revista portuguesa de educação**, v. 15, n. 2, p. 3-23, 2002.
- BALL, S. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. In: BALL; MAINARDES (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Trad.: Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- BANCO DE DADOS. **Pressupostos das pesquisas sobre Educação Infantil entre 2006 e 2016**. Belo Horizonte: UFMG – Faculdade de Educação. Documentos arquivados, 2020.
- BARROSO, J. **O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas**. Educ. Soc., Campinas, v. 26, n. 92, p. 725 – 751, out. 2005.
- CAMPOS, Maria M. & HADDAD, Lenira. **Educação infantil: crescendo e aparecendo**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n 80, p. 11- 20, fev. 1992.
- CASTRO, A. M. D. A.; FRANÇA, M. (Orgs.). **Política educacional**. Contextos e perspectivas da Educação brasileira. Brasília: Liber Livro, 2012.
- CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 7-18, jan./abr. 2006. Disponível em <https://bit.ly/2sGrWNA>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- MAINARDES, J. A pesquisa sobre política educacional no Brasil: Análise de aspectos teórico-epistemológicos. **Educ. rev.** 2017, vol.33, e173480.
- MAINARDES, J. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. **Contrapontos**, Itajaí, v. 9, n. 1, p. 4-16, jan./abr. 2009.
- MAINARDES, J. Entrevista com Stephen J. Ball. **Revista Olh@res**, Guarulhos, v. 3, n. 2, p. 161-171, nov. 2015.
- MAINARDES, J. Metapesquisa no campo da política educacional. **Educ. rev.** Curitiba, Brasil, v. 34, n. 72, p. 303-319, nov./dez. 2018.
- MAINARDES, J.; TELLO, C. Revisitando o enfoque das epistemologias da política educacional. **Práxis Educativa**: Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 153-178, jan./jun. 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. p. 205 – 228. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 9. ed., rev. e atual. - São Paulo: Cortez, 2016.

SHIROMA. O. E; EVANGELISTA, O.; MORAES, M.C. **Política educacional**. 4ª Ed. R.J.: Lamparina, 2011.

SOARES, A. S. Criança, infância e educação infantil: pressupostos das pesquisas. IN: **Educar em Revista**. Curitiba, v. 36, e64831, 2020.

SOARES, A. S.; PEREIRA, J.M.S.; SANTOS, P. C. Pesquisas sobre políticas para a Educação Infantil: memória bibliográfica, base de dados e epistemologia. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos em Política Educativa**, v. 6, e2118113, p. 1 – 18, 2021. Disponível em:

SOARES. A. S. Estudos da Infância no campo das pesquisas educacionais entre 2000 e 2022. Belo Horizonte: FAE-NEPEI, UFMG, 2023.

SOARES, A. S. Infância, educação popular e movimentos sociais: pesquisa sobre pesquisas. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, MG, v. 21, n. 2, p. 137-157, 2022. DOI: 10.14393/REP-2022-64251.

STREMEL, S. **A constituição do campo acadêmico da Política Educacional no Brasil**. Tese (Doutorado) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UEPG. Paraná, 2016.